

Dívida contida em US\$ 60 bilhões

por Cláudia Safatle
de Brasília



Ernane Galvêas

A dívida externa deste ano deverá chegar a US\$ 60 bilhões, em comparação com US\$ 54,4 bilhões estimados pelo Banco Central para o ano passado. Esses dados constam de um relatório sobre política externa, apresentado ontem ao plenário do Conselho Monetário Nacional (CMN), em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. A cifra da dívida externa de 1980, conforme observação do documento elaborado pelo Banco Central, considera um ingresso de empréstimos em moeda de apenas US\$ 9,1 bilhões, excluindo, portanto, US\$ 3,4 bilhões de operações de capitais de curto prazo e outros capitais.

As perspectivas para o balanço de pagamentos deste ano estão resumidas no documento: a balança comercial poderá ter desde um superávit de US\$ 1 bilhão a um déficit no mesmo valor. Esta é a única variável, já que o déficit da balança de serviços é previsto, em todas as três hipóteses de trabalho do governo, em US\$ 11 bilhões, em comparação com US\$ 9,5 bilhões de déficit no ano passado (destes, US\$ 5,9 bilhões referem-se ao pagamento de juros da dívida externa), que sobe para US\$ 6,7 bilhões neste ano, calculando uma taxa média de 15% para os juros externos.

Assim, o déficit em transações correntes também poderá sofrer variações para cima ou para baixo, de acordo com a performance da conta comercial: no mínimo, US\$ 10 bilhões e, no máximo, US\$ 12 bilhões, em relação a um déficit de US\$ 12,1 bilhões registrado em 1980. As reservas internacionais permanecem em US\$ 6,9 bilhões, que é o sal-

do de dezembro último. E a necessidade de empréstimos em moeda neste exercício também deverá ficar entre US\$ 13 bilhões e US\$ 15 bilhões.

NECESSIDADE DE CAPITAIS

A necessidade bruta de capitais para fechar o balanço de pagamentos é estimada entre US\$ 18 bilhões e US\$ 20 bilhões. Destes, US\$ 5 bilhões serão cobertos por importações financiadas (US\$ 3 bilhões) e investimentos diretos (US\$ 2 bilhões). Em 1980, esse último item registrou uma cifra de US\$ 1,2 bilhão. O documento ressalta, entretanto, que o crescimento de US\$ 800 milhões pode ser obtido com o desenvolvimento do projeto Carajás, Albrás e Alunorte, entre outros. O restante dos recursos necessários — US\$ 13 bilhões — inclui US\$ 8 bilhões de amortizações da dívida externa, faltando, portanto, US\$ 5 bilhões que terão de ser financiados pelo mercado financeiro internacional.

No documento apresentado ao CMN, o governo detalha como pretende alcançar um superávit de US\$ 1 bilhão na balança comercial,

imprescindível para ajustar as contas do balanço de pagamentos. Ele trabalha, também, com mais duas hipóteses: um déficit de US\$ 1 bilhão ou equilíbrio. As exportações ficariam entre US\$ 24 bilhões e US\$ 26 bilhões, admitindo que as vendas de produtos primários possam chegar a US\$ 11 bilhões. A pior das hipóteses fala em US\$ 10 bilhões. Para os industrializados, a perspectiva é exportar, no mínimo, US\$ 14 bilhões e, no máximo, US\$ 15 bilhões.

As importações são estimadas em US\$ 25 bilhões, sendo US\$ 9,8 bilhões de petróleo, exatamente o mesmo valor do ano passado. A estimativa do governo é de que o consumo aparente de gasolina, óleo combustível e

diesel permaneça no mesmo nível de 1980: 1,065 milhão de barris diários. Deste total, deduzem-se 58 mil barris de álcool, 214 mil barris de petróleo nacional e 8 mil de derivados de carvão, além de menos 35 mil barris diários que podem ser obtidos via redução do estoque de petróleo ou medidas de conservação. O preço médio do petróleo importado é calculado em US\$ 36 o barril.

PREMISSAS

Para aumentar em apenas US\$ 2 bilhões as importações deste ano, o governo parte das seguintes premissas: 1) o controle da política fiscal e monetária reduzirá o consumo e os investimentos e, conseqüentemente, os gastos com importações; 2) o orçamento das empresas

estatais prevê um aumento de US\$ 1,1 bilhão, exceto as compras de trigo e petróleo; 3) o desestímulo às importações privadas, que passam a ter de ser financiadas no exterior, e o aumento do IOF nas operações de câmbio para 25%, além da possibilidade de suprimento interno de matérias-primas, bens de capital e alimentos importados.

Para elevar as exportações em 29% sobre o valor do ano passado, o documento ressalta o papel da política cambial realista, os créditos a exportações disponíveis, a utilização de recursos do mercado financeiro internacional para financiar as exportações, entre outras.